

Políticos cobram participação na decisão sobre dívida externa

por Cecília Pires
de Brasília

As formas de renegociação da dívida externa brasileira e a decisão de manter ou suspender a moratória, além de aceitar ou não o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI) serão decisões tomadas em conjunto pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, pelo presidente da República e pelo PMDB. Estas conclusões, que incluem pela primeira vez o Parlamento brasileiro nas decisões sobre a dívida externa, constituíram o resultado mais importante do encontro que um grupo de sete parlamentares da Aliança Democrática realizou com o ministro, ontem, durante quatro horas, para avaliação de uma viagem de dez dias aos Estados Unidos

para colher subsídios sobre o assunto.

"A dívida externa brasileira pode ter origens obscuras, ser questionada, mas a sua renegociação só vai ocorrer com o aval da democracia", disse o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), um dos integrantes da comitiva.

Os parlamentares trouxeram inúmeras sugestões, quase todas já conhecidas pelo ministro da Fazenda, como alternativas que excluem a ida ao FMI, que os deputados não admitem discutir. Não conseguiram respostas conclusivas de Bresser Pereira a nenhuma delas, segundo admitiram parlamentares e assessores do ministro. Bresser Pereira não disse que vai ao Fundo, mas também não descartou a hipótese totalmente.

O ministro disse aos parlamentares, segundo Gasparian, que é preciso obter um bom acordo com os bancos, e afirmou que não acha impossível obtê-lo sem o aval do FMI, pois os banqueiros estão com pressa. Os deputados sugeriram, entre outras alternativas, a conversão da dívida em bônus ou ações, que seriam compradas com deságio de 40%. Bresser Pereira respondeu que não está convencido da vantagem de fazer esta conversão com vantagens para o Brasil. Um assessor de Bresser Pereira assegurou que a questão mais importante, hoje, a ser discutida entre o Ministério e o PMDB é a decisão sobre suspender ou não a moratória. A conclusão entre os parlamentares e o ministro é que suspendê-la agora, para

que o País seja obrigado a repeti-la três meses depois, seria ainda mais desmoralizante para o Brasil.

Na discussão de alternativas para a renegociação, os parlamentares relataram ainda ao ministro a preocupação que observaram em outros setores dos EUA, excluído o sistema financeiro, quanto à dívida brasileira. Os setores industrial e comercial, por exemplo, segundo os deputados, querem uma solução rápida para o problema, para que se intensifiquem as transações comerciais entre os dois países. No setor político, o Congresso norte-americano mostra-se preocupado com o desemprego que, alega, seria uma consequência direta da queda das relações comerciais dos EUA com os países de Terceiro Mundo.